

AS LETRAS LUSITANAS E AS ARMAS DA PÉRFIDA ÁLBION:
O ANTI-BRITANISMO NA CULTURA PORTUGUESA (1750-1890)*

Luiz Eduardo OLIVEIRA
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO: A busca de distanciamento com relação aos demais reinos da Hispânia caracteriza os primórdios da nacionalidade portuguesa, a partir de uma política diplomática que tinha como objetivo garantir sua autonomia e independência perante os frequentes conflitos com os reinos vizinhos. É nesse contexto que se inicia a aliança luso-britânica, que, antes de ser consagrada pelo Tratado de Windsor (1386), remonta aos tempos das Cruzadas, quando houve participação de ingleses na conquista de Lisboa, a qual é coroada com a nomeação de um inglês como seu primeiro bispo. Já no século XVII, as relações anglo-portuguesas conheceram um novo aspecto, pois, com a série de vantagens que foram concedidas aos ingleses, por imposição de Cromwell, tais relações assemelhavam-se a um colonialismo informal. Restabelecida a dinastia Stuart, foi assinado outro tratado, em 1661, pelo qual se negociou o casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, realizado no ano seguinte, em troca de um rico dote e da entrega de Bombaim e Tânger para a Inglaterra. Em 27 dezembro de 1703, firmou-se o controvertido Tratado de Methuen, confirmando todos os anteriores, contra o qual lutaram Pombal e seus asseclas de 1750 a 1777. Mas foi somente com o Ultimato inglês que o anti-britanismo português atingiu seu ápice. Trata-se de um ofício, de 1890, pelo qual a Grã-Bretanha exige que o governo português retire suas forças militares do território compreendido entre as colônias de Moçambique e Angola. A concessão de Portugal às exigências britânicas foi vista como uma humilhação nacional, o que deu vazão ao mais explícito sentimento de anglofobia da história portuguesa. A Inglaterra, nação odiada pelos portugueses, passa a ser tida como a “pérfida Albion”, como lhe chama *A Província*, assumindo a imagem de uma “besta-fera”. Este trabalho pretende discutir os aspectos principais do anti-britanismo em Portugal, em alguns discursos legislativos, históricos, jornalísticos e literários do período recortado (1750-1890).

PALAVRAS-CHAVE: literatura inglesa; literatura comparada; cultura portuguesa.

ABSTRACT: The primeval times of Portuguese nationality are characterized by the search of detachment in relation to the other kingdoms of Hispânia, following a diplomatic politics which tried to guarantee its autonomy and independence in the face of the frequent conflicts with the neighboring kingdoms. In this context, the Anglo-Portuguese alliance takes place, before being consecrated by the Treaty of Windsor (1386). Thus, it goes back to the time of the Crusades, when some Englishmen took part of the conquest of Lisbon, a fact which is marked by the nomination of an English Bishop for the city. From the seventeenth century on, the Anglo-Portuguese relations assumed a new aspect, for, with the advantages which were conceded to the English, because of Cromwell's imposition, those relations seemed like an informal type of colonialism. When the Stuarts dynasty was restored, another treaty was signed in 1661, through which the marriage of D. Catarina de Bragança with Charles II was negotiated and consecrated, and it costed to Portugal a rich sum of money and its possessions in Bobaim and Tanger, which were given to England. In

* Este artigo é um dos resultados de uma pesquisa de pós-doutoramento, intitulada “Entre a anglofobia e a anglofilia: as letras inglesas e a intelectualidade luso-brasileira (1750-1873)”, financiada pela CAPES e desenvolvida em 2011 no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa, sob a supervisão do Prof. Dr. José Eduardo Franco.

1703, December 27th, the controversial Treaty of Methuen was signed, confirming all the previous ones. It became the object against which Pombal and his followers had fought from 1750 to 1777. But it was only with the British Ultimatum that the anti-British sentiment grew in Portugal, reaching its peak in 1890, with a document in which the queen of England, through its minister, demanded that Portugal withdrew its military troops from the territory between the colonies of Mozambique and Angola. The Portuguese concession to the British demands was seen as a national humiliation, which provoked the most explicit anglophobic manifestation in Portuguese history. England, a nation which was hated by the Portuguese, becomes the “perfidious Albion”, as it was called in A Província, assuming the image of a beast. This article intends to discuss the main aspects of the Portuguese anti-britishness, in some legislative, historical, journalistic and literary discourses from 1750 to 1890.

KEYWORDS: English literature; comparative literature; Portuguese culture.

A emergência da anglofobia

Durante o período da Restauração (1640-1668), as relações anglo-portuguesas conheceram um novo aspecto, pois, com a nova série de regalias e vantagens que foram concedidas aos ingleses, tais relações assemelhavam-se a um colonialismo informal. Mesmo depois de legitimada a dinastia dos Bragança pelas Cortes convocadas em 1641, e dos vários empreendimentos historiográficos e literários para a construção da memória da aclamação de D. João IV (1640-1656), Portugal passou por um período de guerra permanente, para o qual contou com um significativo contingente de soldados mercenários estrangeiros, muitos deles ingleses. Mesmo assim, a situação de insegurança fazia com que surgissem planos visionários para a salvação do reino, como o da transferência de D. João IV para o Brasil, como propunha o padre António Vieira, ou para a África. Nesse sentido, o reconhecimento da autonomia de Portugal – convém lembrar que, durante muito tempo após a Restauração, a palavra “Espanha” ainda designava toda a Península Ibérica – não dependeu tanto da eficácia de seus diplomatas quanto das concessões político-econômicas feitas, principalmente, à Inglaterra, sendo este o preço pago pela legitimidade da Casa de Bragança (SIDERI, 1978, p. 38).

A aliança inglesa teve vários episódios no século XVII. Inicialmente, foi assinado um Tratado de Paz e de Comércio em 1642 entre D. João IV e Carlos I, rei da Grã-Bretanha, em Londres, a 29 de janeiro. Por ele, foram franqueados os portos de Portugal e suas colônias no Oriente e em África, sendo conferidos vários privilégios aos comerciantes ingleses. Com os conflitos entre a coroa britânica e o parlamento, que deflagraram a chamada Revolução Puritana, Carlos I foi executado publicamente e assumiu o governo inglês Oliver Cromwell, que, como Protetor da Inglaterra, impôs a Portugal o Tratado de Paz e Aliança de 1654, assinado em Westminster a 10 de julho e ratificado por parte de Portugal em 9 de julho de 1656, sob ameaça militar inglesa, e pela Inglaterra em 29 de fevereiro de 1655. Conforme este Tratado, eram ampliados à Inglaterra seus privilégios, incluindo o comércio direto com o Brasil, algo só posteriormente evitado. Com a morte de Cromwell, firmou-se o Tratado de Paz e Aliança de 1660 entre Afonso VI (1656-1683) e o Conselho de Estado, em nome da República de Inglaterra, assinado no Palácio de Whitehall, em Londres, a 18 de abril, pelo qual o reino português poderia recrutar, através de contratação, tropas mercenárias inglesas. Restabelecida a dinastia Stuart, foi assinado outro Tratado de Paz e Aliança em 1661 entre Afonso VI e o rei Carlos II, pelo qual se consagrou o casamento de D. Catarina de Bragança com o monarca inglês, realizado no

ano seguinte, em troca de um rico dote e da entrega de Bombaim e Tânger para a Inglaterra (ALMADA, 1946, p. 25-57).

A morte do rei Carlos II, da Espanha, último monarca da Casa dos Habsburgo, resultou na ascensão do duque de Anjou, neto de Luís XIV, ao trono, o que fez com que a Inglaterra temesse a possível formação de um império francês do Atlântico ao Reno. Como D. Pedro II, ao tentar manter a estratégica neutralidade bélica característica do reino português, descumpriu o tratado de aliança com a França, John Methuen (1650-1706), aproveitando-se da ocasião, impôs a Portugal o tratado de 16 de maio de 1703, ratificando os anteriores e definindo a participação do reino português na Guerra da Sucessão da Espanha, que durou de 1702 a 1713. A participação de Portugal em tal guerra, muito celebrada pela historiografia do século seguinte, destacou-se por ter sido a última das intervenções do reino em um grande conflito europeu antes da Primeira Guerra Mundial. Hesitante entre assumir uma posição de neutralidade e aliar-se a um das potências beligerantes, Portugal inicialmente apoiava o pretendente francês, Filipe de Bourbon, duque de Anjou, alinhando-se depois ao candidato austríaco, que era apoiado pela Inglaterra, Holanda, pela maior parte dos Estados alemães e pela Dinamarca. A efetiva participação do reino português na guerra, com o auxílio de tropas inglesas, marcou uma viragem nas relações político-diplomáticas portuguesas, não somente pela celebrada ocupação de Madri, mas também pelas cláusulas que o tratado firmado em 1703 previa, as quais incluíam cedências territoriais a favor de Portugal, incluindo praças fronteiriças na Estremadura e na Galiza e a Colônia de Sacramento na América do Sul, esta um objeto de conflito que vai perdurar até o período pombalino. Em 27 dezembro de 1703, firmou-se o célebre e controvertido Tratado de Methuen, que vigorou até 1835. Assinado em Lisboa e redigido em latim, como era costume, o tratado tem apenas três artigos: o primeiro relativo à admissão perpétua em Portugal dos lanifícios ingleses; o segundo referente à redução perpétua de um terço dos direitos que incidissem sobre os vinhos franceses a favor dos vinhos portugueses e o terceiro às ratificações pelos respectivos plenipotenciários D. Manuel Teles da Silva, Marquês de Alegrete, e John Methuen (ALMADA, 1946, p. 73).

O reinado de D. João V (1706-1750) foi marcado, dentre outras coisas, pelos efeitos do Tratado de Methuen, tendo o rei adquirido, na memória histórica portuguesa, a imagem de um reino afastado tanto dos seus vizinhos ibéricos – mesmo depois dos casamentos reais entre as duas Casas peninsulares – quanto da Europa ilustrada, sob a liderança de um rei tido por lúbrico e beato. Todavia, do ponto de vista cultural, o período joanino caracteriza-se pela importação de artistas e intelectuais estrangeiros, especialmente de músicos italianos, bem como pela encomenda sistemática de pinturas e obras arquitetônicas, graças ao incremento financeiro advindo do ouro do Brasil. A construção do palácio e convento de Mafra, de 1713 a 1730, a fundação da Real Academia da História Portuguesa, que funcionou de 1720 a 1776, a tradução e a impressão de obras portuguesas e estrangeiras, inclusive de periódicos, e a constituição da figura do homem de letras “estrangeirado”, representado por escritores que tiveram experiências diplomáticas ou formativas internacionais, tais como D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão (1695-1753), Martinho de Mendonça de Pina Proença (1693-1743), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) e Luís António Verney (1713-1792), tudo parecia preparar o terreno para a época pombalina, quando ocorre um verdadeiro divisor de águas no tocante ao discurso dos intelectuais portugueses com relação à aliança inglesa.

Para Saraiva e Lopes (1979, p. 595), o período joanino caracteriza-se por uma contradição fundamental: se, por um lado, o surto da mineração brasileira proporciona a

ocasião ideal para o realinhamento da aristocracia e do clero ao trono absolutista, possibilitando assim o florescimento da cultura barroca, por outro o aparente isolamento de Portugal com relação à Europa começa a ser objeto de críticas dos estrangeirados, algo que vai servir de mote ao discurso da legislação pombalina, que busca colocar Portugal em condições de igualdade com as “nações polidas da Europa”. Nesse período, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), que havia sido diplomata em Londres (1738-1744) e em Viena (1745-1749), tornou-se Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra com a ascensão de D. José I e Secretário dos Negócios do Reino em 1755, exercendo controle quase absoluto dos assuntos relativos ao governo.

Mesmo nos discursos político-econômicos pré-pombalinos, isto é, nos estudos produzidos pelos intelectuais estrangeirados do reinado de D. João V, como Alexandre de Gusmão (1695-1753), D. Luís da Cunha (1662-1749) e o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), podemos perceber o caráter destrutivo que é atribuído à aliança inglesa, que havia sujeitado a nação portuguesa à humilhação de ter que depender da Inglaterra até mesmo para os cereais necessários à sua subsistência. Segundo Kenneth Maxwell (1997, p. 25), na primeira metade do século XVIII, somente a Holanda e a Alemanha sobrepujavam Portugal como consumidores das exportações inglesas, e apenas nos momentos mais críticos da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), os navios britânicos no porto de Lisboa ficaram aquém de 50% do total. O embaixador francês Étienne-François, conde de Stainville e duque de Choiseul (1719-1785) escreveu, cinco anos depois do terremoto de Lisboa, ocorrido em 1755, que Portugal tinha de ser considerado como uma colônia inglesa.

Ao que parece, a experiência londrina desenvolveu em Sebastião José o conhecimento necessário para incomodar os comerciantes ingleses estabelecidos em Portugal, embargando parte dos lucros obtidos pela Coroa Britânica. Foi com essa intenção que foram criadas as Aulas de Comércio, em 1759, e, sobretudo, as Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, em 1755 e 1759, respectivamente, monopolizando o comércio de vários produtos da região, sendo também fortalecido o Estado português através de uma série de medidas administrativas e da imposição da língua portuguesa aos indígenas, pela Lei do Diretório (1757). Tudo isso causava descontentamento na diplomacia britânica e entre os comerciantes ingleses, como comprovam as *Memórias do cônsul e factoria britânica na corte de Lisboa, ao embaixador de S. M. Britânica na mesma corte...* (FALCON, 1993, p. 295).

Durante os primeiros anos do reinado de D. Maria I, foi tentada uma aproximação com a Espanha, patrocinada pelo rei Carlos III, para o que foram celebrados os casamentos dos infantes D. João e D. Mariana Vitória com D. Carlota Joaquina e D. Gabriel António, respectivamente. Com as guerras napoleônicas, contudo, foram-se formando, no governo, como em outras ocasiões, dois partidos, um “francês”, cujo adepto mais ilustre era António de Araújo de Azevedo (1754-1817), futuro Conde da Barca, e outro “inglês”, representado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), depois Conde de Linhares, formados ambos por gente da “grande nobreza” e do “partido pombalista”. D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi protegido de Pombal e ocupou vários cargos importantes no ministério entre 1796 e 1812. Embora simpatizante do sistema parlamentar inglês, sendo um leitor de Adam Smith, era adepto do “despotismo esclarecido”, desde que “submetido à opinião pública de certas grandes nações da Europa”. Todavia, foi autor de arrojados projetos de reforma institucional, os quais abrangiam economia e a criação de escolas especializadas, além de ter sido um dos que apoiavam a transferência da corte para o Brasil, argumentando

que Portugal não era “a melhor e mais essencial Parte” da monarquia portuguesa, no que aconselhava D. João a “criar um poderoso Império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa”. Com efeito, era a primeira vez, na história do Ocidente Europa, que um Estado, com seus mais altos representantes e funcionários, aventurava-se a viver uma vida nova do outro lado do oceano, repetindo os feitos de muitos cientistas e aventureiros, desde o século XVI.

Essa decisão, no entanto, foi tomada no último momento, depois de D. João ter irritado Napoleão e a Inglaterra em busca de uma insustentável neutralidade. Desse modo, o governo acabou sujeitando-se ao “plano continental” do imperador, para evitar uma invasão francesa, ao mesmo tempo em que, secretamente, negociava com a Inglaterra, a fim de prevenir o Brasil dos ataques ingleses (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 190). A guerra, que durou de 1808 a 1814, teve um momento decisivo, para Portugal, em junho de 1810, quando um exército comandado pelo general Massena (1758-1817), após entrar no país pela Beira Alta, marchou em direção a Lisboa, encontrando à sua espera uma tropa com cerca de 31 mil ingleses e 26 mil portugueses, segundo Rui Ramos (2009, p. 444), liderada pelo general inglês Charles Wellesley, futuro duque de Wellington, que, afastando o exército inimigo do centro da Espanha, conseguiu fazer com que os franceses se retirassem de Portugal em 1811, o que causou saques e queimadas, deixando as habitações e a população remanescente – especialmente a de Santarém, onde ficava o quartel-general de Massena – em estado deplorável.

Com efeito, o duque de Wellington fazia questão de deixar claro que Portugal era mais um campo de batalha do que um aliado, o que motivava a afirmação, vinda de Lisboa, de que os ingleses tratavam Portugal “à francesa”, pois apresentavam os mesmos preconceitos com relação aos seus costumes e religião, algo, aliás, já denunciado pelos escritos dos viajantes ingleses que estiveram no país por essa época, a exemplo de William Beckford (1760-1844), Arthur William Costigan, Richard Twiss (1747-1821), James Murphy (1760-1814) e Robert Southey (1774-1843), entre outros. Contudo, em 1813, quando Wellington visitou Lisboa, foi aclamado nas ruas e no Teatro de São Carlos ocupou o lugar do rei.

Mas a opção inglesa, para o governo, era calculada, como sugere a sua resistência em regressar a Lisboa ou em abolir o tráfico de escravos da África, pois a aliança com a Inglaterra era o meio mais viável de conservar Portugal na Europa, e assim a dinastia dos Bragança, e para tornar o Brasil a base do Estado português, o que acabou por proporcionar-lhe todas as condições de criação de um Estado autônomo, como veio depois ocorrer. Nesse sentido, o “sistema de união com a Inglaterra”, como chamava D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1808, era fundamental para a integração da monarquia portuguesa no comércio liberalizado internacional, algo que se consolidou com o Tratado de 19 de fevereiro de 1810.

Mas logo vieram as críticas à “opção inglesa”, especialmente em um momento em que a imprensa periódica e panfletária foi tão atuante e prolífica, surto que ocorreu concomitantemente a uma onda de patriotismo, advinda da guerra, que se fazia manifestar através de novas edições de *Os Lusíadas*, como a do Morgado de Mateus, publicada em 1817, ou de composições musicais em homenagem ao bardo lusitano, como o *Réquiem à Memória de Camões*, composto por João Domingos Bom Tempo em 1818. Com a paz e o recrudescimento da censura, várias críticas à postura de D. João VI foram divulgadas em periódicos publicados em Londres, a exemplo do *Correio Braziliense*, do *Investigador*

Português em Inglaterra e do Campeão Português. Estava assim preparado o terreno para a revolução.

Durante as primeiras décadas do século XIX, a intervenção da Inglaterra no conturbado processo político que se desenrolava em Portugal foi sempre mal vista entre os intelectuais portugueses que, a exemplo de Garret, a consideravam malévola para Portugal, ao contrário do que ocorria no Brasil, onde algumas manifestações anglófilas da intelectualidade brasileira ocorriam já em 1826, nos debates parlamentares referentes à criação dos primeiros cursos jurídicos do país, especialmente no ponto relativo às línguas estrangeiras que deveriam ser preparatórias aos cursos (OLIVEIRA, 2010). A relação de Almeida Garret (1799-1854) com a Inglaterra, para onde teve que fugir em 1823, hospedando-se em Londres, na casa de uma família inglesa, desde o começo foi muito intensa. No entanto, apesar de sua admiração pela língua e pela cultura britânicas, o autor não via com bons olhos as relações político-diplomáticas anglo-portuguesas, algo que fica sugerido já em seus primeiros poemas, como o soneto *Campo de Santana*, que tem como tema e fonte de inspiração o enforcamento de Gomes Freire de Andrade (1757-1817) por ordem das autoridades inglesas. São indicadas, entre as características de sua poesia, o desapontamento à maneira de Lord Byron (1788-1824), oriundo de suas dúvidas e inquietações adolescentes, o que vai se fazer visível inclusive em *Viagens na Minha Terra*. Em sua dramaturgia, o seu *Catão*, não só inspirado, mas também traduzido livremente da obra homônima de Addison, é um outro marco de seus diálogos intertextuais com a literatura inglesa. Durante sua estada na Inglaterra, teve a possibilidade de conhecer os romances históricos de Walter Scott (1771-1832), cujas influências são visíveis em *Adozinha* (1827) e no primeiro volume do *Romanceiro e Cancioneiro Geral* (1843), bem como os poemas de *Ossian*, o suposto bardo celta criado por James Macpherson (1736-1796). Na peça *Frei Luís de Sousa* (1844), Garret recorre a textos históricos para recriar o século XVII, buscando representar o sentimento de independência então sufocado pelas constantes intervenções espanholas e inglesas. Mas é em *Portugal na Balança da Europa* que Garret expõe quase sistematicamente o que pensa da Inglaterra e como a representa no contexto europeu de sua época. Vale a pena ressaltar a sua visão inovadora e quase profética da história não somente de Portugal e da Europa, mas também dos Estados Unidos e da América do Sul, havendo ainda lúcidas observações sobre a situação política do Brasil. Nesse livro, poderemos notar como se delineia a sua postura, por assim dizer, anglofóbica das relações políticas, diplomáticas e culturais entre a Inglaterra e Portugal.

Outro nome de peso nas letras portuguesas do período é o de Alexandre Herculano (1810-1877). Em 1831, depois de envolver-se na revolta da Infantaria, foi perseguido e acabou fugindo, como Garret, para a Inglaterra, de onde não trouxe, ao contrário do seu contemporâneo, boas lembranças. A influência inglesa de sua produção literária pode ser vista em sua poesia, atividade a que se dedicou até os vinte e cinco anos de idade, especialmente nos tons fantasmagóricos de *Lenore*, *o Caçador Feroz* e *A Noiva do Sepulcro*. Como romancista, são inegáveis os influxos do romance histórico de Walter Scott. Contudo, a grande fonte histórica de Herculano, como para Garret, eram as crônicas de Fernão Lopes, uma vez que ambos faziam parte do projeto romântico de regresso às “raízes nacionais”, em contraposição à Idade de Ouro, ou época clássica, marcada pelo Absolutismo e pela decadência. Mas foi em “De Jersey a Granville”, publicado em 1843 em *O Panorama* e depois incluído em *Cenas de um ano da minha vida: poesia e meditação*. Apontamentos de viagem (1853-1854), que Herculano expressou toda a sua anglofobia, criticando os costumes e reforçando estereótipos negativos do povo inglês (CASTANHEIRA, 2005).

Apesar da admiração, pelos literatos românticos, da literatura inglesa, como se nota especialmente no romance *Uma Família Inglesa*, de Júlio Dinis (1839-1871), em outros registros discursivos os intelectuais portugueses, em sua maior parte, reproduzem a mesma postura anglofóbica de Garret e Herculano sempre que o assunto recai sobre as relações político-diplomáticas entre a Inglaterra e Portugal. É o caso não somente dos jornalistas do período, mas também de alguns parlamentares, como José Estêvão Coelho de Magalhães (1809-1862), com quem Garret travou um dos mais célebres duelos retóricos da Câmara portuguesa, em 1840, este defendendo a tendência “ordeira” do setembrismo e aquele uma postura mais radicalmente liberal. Em seus argumentos de ataque, José Estêvão referia-se à falta de popularidade e à dependência dos interesses estrangeiros impositivos entre os “filhos ingratos” da revolução de 1836, ao tratar do escândalo diplomático causado no navio negreiro *Charles et George*¹. Da mesma forma, o já veterano Francisco Solano Constâncio (1777-1846), um “estrangeirado” que havia morado por muito tempo na Inglaterra e na França, onde editou e publicou periódicos escritos em português, inglês e francês, traduziu para o francês e criticou importantes obras britânicas de economia política, condenando o livre-cambismo, o liberalismo econômico e as motivações imperialistas da filantropia liberal dos ingleses, como seu anti-escravismo (SARAIVA; LOPES, 1979, p. 808-809).

Com a geração de 1870, a anglofobia dos intelectuais do período manifestou-se de modo mais sistemático. Já em 1871 Eça de Queirós (1845-1900) e Ramalho Ortigão (1836-1915) começaram a publicar o periódico mensal *As Farpas*, iniciando, com um artigo de Eça sobre o *Estado Social de Portugal em 1871*, uma série de críticas mordazes à literatura e aos acontecimentos e instituições da época. Com a ida de Eça a Cuba, por conta de suas atividades diplomáticas, que se iniciavam, Ramalho manteve, embora de modo irregular, o periódico até 1882, o que alterou bastante o seu espírito inicial, que passou do proudhonismo ao positivismo. Ramalho Ortigão (1836-1915) iniciou sua carreira de crítico literário no *Jornal do Porto*, ainda na década de 1860, e havia se colocado contra a “nova geração” na *Questão Coimbrã*. Ao lado de Eça, Antero e Junqueiro formou o grupo áulico dos Vencidos da Vida, que tinha bastante influência junto ao príncipe e futuro rei D. Carlos (1863-1908). Na ausência de Eça, passou a contar com a colaboração de Teófilo Braga, com quem organizou o Centenário de Camões. Sua experiência como professor no Porto, onde ensinou em um colégio, provavelmente deve ter deixado suas marcas no tom didático de seus artigos em *As Farpas* e em seus livros de viagem, dentre os quais destaca-se, para os propósitos deste artigo, *John Bull*: depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspectos da vida e da civilização inglesa, publicado em 1887. Numa série de crônicas, o autor compara a “civilização inglesa”, tida como superior, à sociedade portuguesa. Entretanto, não deixa de expressar a sua anglofobia na personagem que dá título ao livro e que representa a nação inglesa, na medida em que se coloca, no movimento de identificação da pessoa do autor com o seu país, Portugal, como um “amigo, aliado e freguês, constantemente explorado e sempre agradecido” (TERENAS, 2004).

¹ *Charles & George* é o nome do navio francês por que ficou conhecido um incidente diplomático entre Portugal e França, entre 1857 e 1858. A questão iniciou-se quando o navio foi aprisionado e seu capitão condenado pela armada portuguesa, por se suspeitar que o navio efetuasse tráfico de escravos entre Moçambique e a Ilha de Reunião. Como a França recorreu da sentença, o navio foi enviado para Lisboa e ali aguardou uma decisão final. No entanto, o governo português acabou por ser coagido a libertar o navio, bem como o seu capitão, pressionado pela França e pela Inglaterra, que não se responsabilizou pelo caso, apesar do tratado que já havia firmado com Portugal sobre a proibição do tráfico negreiro.

Outro escritor que expôs de modo sistemático suas impressões e críticas sobre a Inglaterra foi Eça de Queirós, um dos mais importantes intelectuais da geração de 70. Sua carreira literária iniciou-se quando ainda estudante de Leis e Cânones em Coimbra, onde representou no Teatro Acadêmico, como quase todos de sua geração, e de onde escreveu suas *Notas Marginais* para a *Gazeta de Portugal*, as quais foram depois reunidas em *Prosas Bárbaras*. Sua consagração como um dos grandes mestres do romance realista, o que o alçou à galeria dos artífices da língua portuguesa, todavia, começou com *O Crime do Padre Amaro*, publicado em 1875, que deu início a uma série de obras narrativas cuja publicação sobreviveu à sua morte, como é o caso de um dos seus mais conhecidos e traduzidos romances, *A Cidade e as Serras*, publicado em 1901. Em *Os Maias*, a personagem Carlos Maia é representado como tendo uma educação “à inglesa”. Já em 1874, Eça tinha sido transferido, como diplomata, para a Inglaterra, onde escreveu *O Primo Basílio*, publicado em volume somente em 1878. Nos intervalos de sua vida de romancista e diplomata, enviava, de Londres para jornais portugueses e brasileiros, artigos sobre política internacional, os quais foram depois reunidos em *Cartas de Inglaterra* e nas *Crônicas de Londres*, nas quais comparava a noite londrina a um “antro de perdição” e punha em causa as virtudes da mulher inglesa, sendo por isso bastante criticado pela imprensa inglesa. Pela sua visão crítica, irônica e cética do imperialismo inglês e das relações anglo-portuguesas, Eça alinha-se à tradição anglofóbica dos escritores portugueses.

Em 1886, os progressistas assumiram o poder, iniciando uma fase, entre 1886 e 1890, em que a Península Ibérica era governada pelas esquerdas, e que foi marcada, em Portugal, por uma euforia nacionalista em que a elite intelectual, depois de um intenso cosmopolitismo, deixava-se devanear com o mito do “genuinamente nacional”, como pode ser observado nas últimas obras de alguns membros da geração de 70, como Eça de Queirós e Oliveira Martins. Mas o protecionismo econômico promovido pelo “novo liberalismo” não surtiu efeitos positivos, pois o aumento dos impostos, imprescindível para manter as finanças do Estado, logo provocou alguns motins no Porto, em 1888. Ademais, a morte de Fontes Pereira de Melo, que causou a desagregação dos regeneradores e dos progressistas, preparou o terreno para uma crise diplomática sem precedentes na história de Portugal: o Ultimato de 1890.

Trata-se de um ofício redigido por Lord Salisbury (1830-1903), ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, e datado de 10 de janeiro de 1890, pelo qual a Inglaterra exigia que o governo português retirasse as forças militares chefiadas pelo major Serpa Pinto (1846-1900) do território compreendido entre as colônias de Moçambique e Angola – atualmente Zimbabwe e Zâmbia –, a pretexto de um incidente entre os portugueses e os Macololos. A zona era reclamada por Portugal, que a havia incluído no chamado “mapa cor-de-rosa”, o que lastreava sua pretensão, na Conferência de Berlim (1884-1885), de uma faixa de território que ia de Angola a Moçambique. A concessão de Portugal às exigências britânicas foi vista como uma humilhação nacional, o que deu vazão ao maior e mais explícito sentimento de anglofobia da história portuguesa, tendo como resultado a queda do governo e a ascensão de António de Serpa Pimentel (1825-1900) à posição de primeiro-ministro. O Ultimato britânico inspirou a letra do hino nacional português, “A Portuguesa”, sendo considerado pelos intelectuais e políticos da época a ação mais infame da Inglaterra contra o seu antigo aliado. Com efeito, a notícia do Ultimato entrou para o imaginário social do país como uma catástrofe nacional, ferindo os brios nacionalistas e patrióticos de toda a população.

Desse modo, bradava-se nas ruas, na tribuna e na imprensa contra o governo e a monarquia, reclamando vingança contra a Grã-Bretanha. Manifestações e comícios foram organizados, lançou-se um projeto de uma Grande Subscrição Nacional para comprar um couraçado que defendesse Portugal da Inglaterra. Até mesmo Antero, que estava recolhido, por problemas de saúde, na Vila do Conde, foi convidado a presidir a Liga Patriótica do Norte, no Porto. O Ultimato foi visto por Eça como a maior crise enfrentada por sua geração, sendo encarado como um ato de violação dos direitos portugueses na África. Além da repercussão do episódio nos meios políticos e jornalísticos, houve uma significativa produção literária motivada pelo Ultimato, incluindo-se peças teatrais, alguns romances e muitos poemas. Nessa produção, destaca-se o objetivo fundamentalmente político de explorar a imagem de decadência do país para uma mudança de regime, coincidindo assim com as aspirações republicanas da nova geração de homens de letras. Nesse sentido, em termos mitificantes, o Ultimato também profetiza a ressurreição do país, pois prenuncia – dentro do modelo arquetípico dos mitos do fim, o paradigma apocalíptico, cuja matriz encontra-se no último livro do Novo Testamento, o Apocalipse de S. João –, com a sua derrocada, a recriação de um “novo império”, ou a reatualização do “quinto império”, que se expressa no imaginário social como a chegada de uma nova era, ou de uma nova Idade do Ouro, o que, para os intelectuais da época, confundia-se com a República (COELHO, 1996).

Algumas considerações

A anglofobia portuguesa não se apresenta de modo compacto ou extremo, havendo sensíveis pontos de oscilação em tal processo, na medida em que a relação entre os intelectuais portugueses e a Inglaterra se mostra na maioria das vezes ambígua. Assim, se, por um lado, escritores como Herculano ou Oliveira Martins posicionam-se frontalmente contra qualquer tipo de influência cultural ou política da Inglaterra, outros, como Garret e Eça, muitas vezes elogiam e admiram abertamente a literatura, os avanços tecnológicos e alguns aspectos da cultura inglesa. Ademais, mesmo nos momentos de pico da anglofobia, como durante o período pombalino ou na época do Ultimato inglês, podem ser encontradas manifestações de anglofilia, ou pelo menos de recepção pacífica e positiva da literatura e da cultura inglesa, como foi o caso das traduções de Alexander Pope e Joseph Addison, no século XVIII, ou de alguns artigos da imprensa oitocentista que são elogiosos com relação à educação e aos avanços dos direitos da mulher na Inglaterra.

Mesmo assim, podemos conceber a anglofobia, em Portugal, como um processo de demonização do Outro que teve como corolário a constituição discursiva da identidade nacional portuguesa, através de uma comparação em negativo. É preciso ressaltar, no entanto, que tal processo decorre de circunstâncias históricas concretas, marcadas por uma relação de dependência suportada porque necessária à autonomia e à legitimação do reino que depois se transformou em nação. Dois momentos se destacam nesse processo: o período pombalino e o Ultimato inglês. No primeiro, se desenvolveu, como política de Estado, embora velada, uma certa anglofobia da parte de alguns intelectuais portugueses, mediante a legislação que regulamentava as Aulas e as Companhias de Comércio então criadas e os intentados incrementos à indústria e à instrução pública, mesmo que para tanto o país fosse obrigado a contar com o auxílio inglês. No segundo, por sua vez, assistimos a uma espécie de profecia da ressurreição nacional em um momento de crise política e bancarota financeira, pois prenuncia, com a sua derrocada, a reatualização do “quinto império”, que se expressa no imaginário social como a chegada de uma nova era, ou de uma nova Idade do Ouro, o que, para a geração de 70, confundia-se com a República.

Referências

ALMADA, José de. **A aliança inglesa**: subsídios para o seu estudo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1946, vol. I.

CASTANHEIRA, Maria Zulmira de Sousa Veríssimo. **A Grã-Bretanha na imprensa periódica do romantismo português**: imagens polimórficas. Dissertação para Doutoramento em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, 4 vols.

COELHO, Maria Teresa Pinto. **Apocalipse e regeneração**: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

FALCON, Francisco J. C. **A época pombalina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

MAXWELL, 1997. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Gramatização e escolarização**: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827). São Cristóvão: Editora UFS / Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**: um príncipe em dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RAMOS, Rui. “Idade Moderna (séculos XV-XVIII)”. In: RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**. 5.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. 11. ed. Porto: Porto Editora Lda., 1979.

SIDERI, Sandro. **Comércio e poder**: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

TERENAS, Gabriela Ferreira Gândara da Silva e. **Diagnoses especulares**: imagens da Grã-Bretanha na imprensa periódica portuguesa (1865-1890). Dissertação para Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, 3 vols.